

**USINA SOLAR****PRIORIDADE**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

UNIDADE DEMANDANTE SEÇÃO DE ENGENHARIA	
Integrante Demandante: RONALD JOSÉ AMORIM FERNANDES	
Chefe da Unidade Demandante LÍGIA ROGÉRIA MANIÇOBA FERREIRA	
Necessidade/Demanda: Fornecimento e instalação de usinas solares fotovoltaicas para os imóveis próprios nacionais, ocupados pela Justiça Eleitoral em Pau dos Ferros, Parnamirim e Assu/RN , conforme projeto básico e demais documentos que integram o termo de referência, incluindo o projeto executivo em conformidade com os equipamentos que integram a solução ofertada, estruturas de suporte, cabeamento, acessórios, transformadores e demais equipamentos, além de aprovação junto à concessionária COSERN.	
Previsão de data para início da aquisição ou do serviço 01/09/2019	
Dotação Orçamentária () Ordinário (anexar formulário SIGEPRO) () Pleitos (anexar formulário SIGEPRO) (X) Demanda não prevista no Plano de Contratações ou no Orçamento. Em caso de demanda já aprovada, indicar eventual remanejamento de recursos: CRÉDITO ADICIONAL DO TSE	Objeto trata-se de: () Aquisição de material () Prestação de Serviço não continuado () Prestação de Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra () Prestação de Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra (X) Aquisição de material e prestação de serviço () A ser definido nos Estudos Técnicos Preliminares
Custo Previsto no Plano de Contratações/Orçamento ou Estimado em Pesquisa de Mercado:	(X) R\$ 517.233,00 () A ser definido nos Estudos Técnicos Preliminares
Justificativa fundamentada da não inclusão da demanda no Plano Anual de Contratações, no momento oportuno A demanda estava prevista no Plano de Obras de 2019, não tendo sido contemplada inicialmente com recursos na LOA. Apenas posteriormente, por meio de crédito adicional, o TSE aprovou a liberação de recursos para a contratação da usina solar fotovoltaica no COJE, Natal/RN.	
Justificativa da necessidade da aquisição/contratação A demanda visa buscar redução nas despesas com o fornecimento de energia elétrica da Justiça Eleitoral, com a implantação de uma fonte alternativa e sustentável de energia, buscando também conformidade das despesas de custeio com os novos limites de gastos de Órgãos federais.	
Objetivos Estratégicos Aperfeiçoamento da gestão de custos com foco na eficiência e na sustentabilidade.	
Metas do Planejamento Estratégico Aperfeiçoamento da gestão de custos com foco na eficiência e na sustentabilidade.	
Natal, 21 de maio de 2019.	
Ronald José Amorim Fernandes Analista Judiciário – Engenheiro Civil	

Presente demanda substitui processo anterior, PAE nº 3756/2019.